

# A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEPOLÍTICO BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA NA AMÉRICA DO SUL

Luiz Pedone<sup>1</sup>

Giordano Bruno Antoniazzi Ronconi<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo aborda a evolução do pensamento geopolítico brasileiro na região, visando criar um arcabouço teórico sobre a América do Sul contemporânea. Argumentamos que, se o Brasil deseja realçar sua liderança no processo de integração regional sul-americano, o país teria que harmonizar os interesses dos Estados vizinhos encontrados em dois principais componentes geopolíticos: o *heartland* boliviano e o coração da Amazônia. Para definir esses conceitos, analisamos a formação e a evolução do pensamento geopolítico brasileiro, destacando as variáveis geográficas e políticas subjacentes à estabilidade na região e que propiciam as possibilidades de integração dos países sul-americanos. Na primeira parte do artigo, fazemos uma abordagem histórica para contextualizar os acontecimentos na América do Sul em sua geopolítica atual e uma revisão das principais contribuições teóricas de autores brasileiros do século passado. Uma vez tomadas essas tendências geopolíticas como premissa, a próxima seção apresenta os principais elementos para análise atual da integração regional na América do Sul e do que o Brasil pode realizar em termos geopolíticos. Acreditamos que a contextualização desses elementos reforçará o argumento de que a harmonização de interesses nesses dois campos geopolíticos principais ampliará a liderança regional do Brasil.

**Palavras-chave:** Integração Regional. Geopolítica brasileira. América do Sul.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. lpedone@uol.com.br

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. giordano.antoniazzi@gmail.com

## INTRODUÇÃO

É possível entender os processos de integração regional da América do Sul a partir de uma visão geopolítica? Este artigo aborda a evolução do pensamento geopolítico brasileiro sobre a região, com o objetivo de criar um arcabouço teórico sobre a América do Sul contemporânea. Com esse esforço, será possível delinear a evolução de um entendimento geopolítico interno do Brasil e da América do Sul e, assim, fornecer alguns elementos para uma análise contemporânea (KACOWICZ, 2000; CHILD, 1979). A partir desse conjunto de elementos, propomos que o Brasil precisaria harmonizar os interesses dos Estados vizinhos encontrados em dois importantes componentes geopolíticos da região a fim de realçar sua liderança na integração regional: no *heartland* boliviano e no coração da Amazônia. Esses dois componentes não são conceitos novos, mas o resultado de uma intensa discussão geopolítica que data do início do século XX.

O primeiro componente trata principalmente da tentativa histórica brasileira de se expandir para o Oeste, ou seja, alcançar o Pacífico e se beneficiar de suas relações comerciais e econômicas (FRIEDMAN, 2009). No entanto, apesar desse esforço geopolítico para melhorar a posição geopolítica do Brasil, várias barreiras geográficas e políticas prejudicaram esse movimento (COSTA & VLACH, 2007). O segundo componente somente recebeu atenção nas últimas décadas devido à complexidade geográfica e à situação sociopolítica da Amazônia. A crescente importância econômica da Amazônia brasileira atraiu seus vizinhos para iniciativas comerciais e de infraestrutura e foi recentemente legitimada no discurso de integração regional.<sup>3</sup> Assim, baseados na evolução dos trabalhos acadêmicos geopolíticos brasileiros, podemos contextualizar as dinâmicas de poder na América do Sul e compreender melhor os desafios e oportunidades atuais para o Brasil.

Este artigo analisa a formação e evolução do pensamento geopolítico brasileiro, destacando as variáveis geográficas e políticas subjacentes à estabilidade da região e que abrem possibilidades para a integração dos países sul-americanos. Para perceber essa evolução, é

---

<sup>3</sup> A Amazônia se estende da Bolívia às Guianas. Como a maior parte da Amazônia está dentro do Brasil, é importante diferenciar a Amazônia Continental (também chamada de Pan-Amazônia) da Amazônia (também chamada de Legal) Brasileira. Para uma primeira compreensão da importância geopolítica da Amazônia, ver Lima, Fraga, Sammya, Alvez e Silva (2014).

importante deixar de lado o caráter determinístico que se depreende das teorias geopolíticas brasileiras do século XX. Isso nos permite articular os novos mecanismos causais presentes em uma realidade geográfica e política regional que está mudando no século XXI<sup>4</sup>. Uma abordagem mais realista para analisar a geopolítica atual permite contextualizar os desenvolvimentos regionais da América do Sul em termos históricos e entender sua dinâmica atual. A primeira parte deste artigo é seguida de um exame das principais contribuições dos autores brasileiros. Uma vez colocados os pressupostos das tendências geopolíticas, a seção seguinte apresenta alguns dos elementos principais para uma análise do estado atual da integração regional na América do Sul e o que o Brasil pode realizar em termos geopolíticos. Acreditamos que a contextualização desses elementos fortalecerá nosso argumento de que a harmonização de interesses realçará a liderança regional do Brasil.

## FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Ao discutir os conceitos teóricos brasileiros, é preciso distinguir uma visão determinística de uma visão mais realista da geopolítica contemporânea para entender sua evolução nos últimos cem anos.<sup>5</sup> A principal razão reside no fato de que aplicar aos fatos atuais a análise geopolítica tradicional não explicaria adequadamente a dinâmica de poder contemporânea dos países da América do Sul, o que é essencial para compreender quaisquer mudanças entendidas como ‘geopolíticas’ na região. Em particular, é difícil aplicar automaticamente os principais conceitos de Ratzel, Kjellen ou Mahan à região sem fazer alterações conceituais. Por exemplo, podemos pegar a ideia de heartland e aplicar à

---

<sup>4</sup> Instituições, políticas internas e mudanças ambientais estão alterando o caráter, mas não a natureza da geopolítica. Esses elementos são fundamentais para uma compreensão mais clara da situação geopolítica na América do Sul, sem negar a importância do território na teoria geopolítica. Em suma, território e recursos são importantes, mas não são as únicas variáveis que permitem compreender e determinar as relações de poder na região. Há uma discussão sobre essa ideia em Deudney (1997) e sobre a importância do meio ambiente em questões geopolíticas em Halden (2007).

<sup>5</sup> Não pretendemos analisar as diferentes epistemologias da geopolítica, assim nossa proposta não é entender os processos na América do Sul a partir de uma visão geopolítica crítica. Isso ocorre porque concordamos com Haverluk, Beauchemin e Mueller (2014) em sua afirmação de que a geopolítica crítica é anti-geopolítica, anti-cartográfica e anti-ambiental. Diante dessa rejeição e das dificuldades da perspectiva determinista, a opção ontologicamente “realista” torna-se mais adequada.

América do Sul sem, no entanto, chegar às mesmas conclusões de Ratzel: como veremos, o contexto moldou o conceito, incorporando novas relações entre poder e território. Ademais, para Rivarola Puntigliano, o impacto das mudanças na região e as novas dimensões econômicas e políticas que moldam o Brasil no novo século impõem adaptações e transformações ao pensamento geopolítico, principalmente para compreender os processos recentes de integração (PUNTIGLIANO, 2011).

Os objetivos nacionais delineiam as ações geopolíticas dos Estados, que precisam operar em um ambiente internacional (e regional) sob diversas restrições (MEARSHEIMER, 2002).<sup>6</sup> Portanto, para estabelecer uma sólida estrutura geopolítica, consistente com os atuais processos de integração e ações externas ao redor do Brasil, é necessária uma perspectiva teórica que abarque os mecanismos causais anteriores explicitados em seu pensamento geopolítico e destacar que essas noções dependem dos eventos que geram (BHASKAR, 2008). Em poucas palavras, uma relação entre poder e território estabelece uma dinâmica que altera essa mesma relação, modificando os objetivos geopolíticos dos Estados. Consequentemente, essa perspectiva deixa de lado o positivismo da teoria determinística e permite uma evolução contínua que modifica e aplica velhas teorias a novas realidades. Além disso, ela pode gerar continuamente novos conhecimentos sobre a região, tendo como premissa a ideia de mudança contínua nas variáveis e em seu referencial teórico. Por essas razões, é necessário entender a evolução dos principais pensadores geopolíticos do continente sul-americano, o que nos permitirá contextualizar a atual realidade geopolítica. Como resultado, é possível apresentar as potenciais tendências causais das principais variáveis geopolíticas no continente sul-americano e propor uma interpretação baseada na *harmonização dos interesses regionais* para explicar e prospectar os processos de integração na região.

A realidade geopolítica sul-americana construiu, inicialmente, seus elementos teóricos nas experiências práticas de demarcação territorial no Brasil no início do século XX. Diferentes resoluções de conflitos fronteiriços neste período são vistas como exemplares a partir da condução diplomática do Barão de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Embora não houvesse arcabouço teórico geopolítico desenvolvido na época, fundamentos realistas orientaram a condução de sua política externa no período. A condução política e as ações do diplomata (internas e

---

<sup>6</sup> Contudo, apesar das semelhanças epistemológicas, é importante não confundir com o realismo ontológico apresentado nos parágrafos anteriores.

externas) representavam o básico da geopolítica: a percepção de oponentes potenciais em questões territoriais; o fortalecimento da Marinha do Brasil para manter sua presença em áreas disputadas; e a delimitação formal dos territórios de fronteira (HEINSFELD, 2011). Posteriormente, autores como Mario Travassos e Everardo Backheuser usaram os conceitos e teorias, especialmente de extração ratzeliana, para compor as características geopolíticas da região sul-americana. Além disso, durante esse período, intelectuais militares desenvolveram essas ideias alemãs (desprezadas e marginalizadas por estudiosos civis brasileiros), institucionalizando o conhecimento geopolítico sobre o país (MARTINS, 2009). Isso também serviu de arcabouço teórico para os objetivos brasileiros de desenvolver sua economia e sua projeção internacional no regime militar entre 1964 e 1985. O contexto histórico internacional moldou fortemente o pensamento dessa geração de estudiosos da geopolítica, que viveram um período de definições de fronteiras (como a incorporação do Acre como parte do Brasil), centralização do estado liderada em 1930 por Getúlio Vargas e desconfiança em relação ao desenvolvimento argentino e sua possível expansão (ALSINA JR., 2014).

Como dito anteriormente, a produção conceitual de Backheuser sobre o conhecimento geopolítico foi orientada para o território nacional. A ideia do Centro Nervoso da Nação é a concepção do autor de como os Estados poderiam centralizar politicamente suas decisões dentro de um território nacional federal autônomo (ANSELMO & BRAY, 2002). Como naquele momento a política brasileira se caracterizava por fortes políticas oligárquicas em estados federados como São Paulo ou Minas Gerais, essa concepção inicial mostra as primeiras preocupações geopolíticas sobre o fortalecimento interno do Estado. Backheuser representava o determinismo organicista geopolítico, porque via o Estado associado ao território e à sociedade como uma forma necessária de organismo que permite o desenvolvimento de todo o país. Ele foi uma importante influência nos meios militares nas décadas posteriores (SCHWAMBAIRD, 1997).

No entanto, foi Mario Travassos quem desenvolveu as metas brasileiras em um modelo geopolítico mais preciso na década de 1930, abrangendo problemas internos e ameaças externas. Primeiro, ele destacou as principais influências geopolíticas para pensar o Brasil na América do Sul atual: Estados Unidos ao norte e Argentina ao sul, um representando uma ameaça internacional e o outro uma ameaça regional. Travassos viu que a influência dos Estados

Unidos na América Central havia se consolidado após a construção e o controle do Canal do Panamá (1903-1914). A “infiltração ianque” econômica nas estradas andinas e na costa do Pacífico estava por trás da inquietação dos autores quanto à região norte da América do Sul: apenas uma projeção continental do Brasil poderia interromper esses movimentos (TRAVASSOS, 1935). Essa ideia de projeção poderia ser analisada usando a noção de linhas de menor resistência, entendidas como locais onde a implantação de infraestrutura é mais fácil e barata. Antagonismos geográficos, ou seja, as diferenças geopolíticas entre os países do Atlântico e do Pacífico (geograficamente divididos pelos Andes) e entre as bacias do Rio da Prata e da Amazônia (um local não apenas rico em recursos, mas também onde flui o principal rio da região) definiriam a localização dessas linhas. Dada a premissa de que os Estados do Pacífico têm o desafio de obter acesso ao Atlântico para melhorar seu status econômico, o Brasil e a Argentina, ao terem esse acesso, precisam controlar as regiões específicas onde o comércio ocorre. A partir desses conceitos e das diferentes localizações geográficas, a posição dessas linhas está situada principalmente na Bolívia e, em menor grau, no Uruguai. Portanto, a principal razão geopolítica da expansão territorial e dos conflitos entre o Brasil e a Argentina ao longo dos séculos deve-se à posição geográfica específica desses estados menores.

As contribuições de Travassos são fundamentais para a formação de um pensamento nacional sobre a atuação geopolítica do Brasil, pois não era uma corrida armamentista que dominaria a região, mas uma corrida por infraestrutura. A Bolívia está localizada entre esses grandes acidentes geológicos na América do Sul (os Andes, que dividem o continente entre os planaltos e montanhas orientais e a costa oeste, e as bacias dos rios Amazonas e da Prata, que definem uma divisão entre norte e sul), ocupando uma área estratégica essencial para o comércio e a produção de bens primários. Mais especificamente, Santa Cruz de La Sierra (de influência amazônica), Cochabamba (influência andina) e Sucre (influência platina) são as cidades bolivianas que delimitam um “triângulo estratégico”, incluindo as cidades mineiras de Oruro e Potosí e vários caminhos para o Pacífico (TRAVASSOS, 1935). Segundo Travassos, é apenas através da análise dessa região que os interesses brasileiros e argentinos quanto a domínio econômico e conflitos tornam-se visíveis: Cochabamba integra o sistema ferroviário da platina (a maioria argentina) e Santa

Cruz é vista como um importante ponto de acesso aos estados do centro-oeste brasileiro. Esse triângulo boliviano acaba sendo o centro gravitacional dos interesses fronteiriços, envolvendo tanto os conflitos entre Chile e Peru, quanto aqueles entre Argentina, Paraguai e Brasil desde o período colonial (CASTRO, 2012).

Com essas colocações, Travassos conclui elencando várias recomendações para políticas, sendo a principal que o Brasil deveria assegurar sua conexão com o triângulo boliviano através de um sistema de ligações ferroviárias, integrando desta forma todos os países na região de forma a isolar a Argentina (TRAVASSOS, 1935). Podemos encontrar evidências de que suas ideias influenciaram fortemente o presidente Getúlio Vargas (1930-1945) em seus planos iniciais de construir infraestrutura, incluindo rodovias entre a cidade brasileira de Corumbá e Santa Cruz de La Sierra em 1938 (MARTINS, 2011). Assim, nesse período a Bolívia se tornou a contenção do expansionismo ferroviário argentino e também ajudou a promover o desenvolvimento geográfico brasileiro. Por esse motivo, suas contribuições abriram o caminho para um novo pensamento geopolítico da América do Sul e das possibilidades de atuação do Brasil na região, considerando o continente como o principal objeto de qualquer análise geopolítica futura.

No entanto, as restrições externas impostas pela Guerra Fria na década de 1960, juntamente com a centralização institucional conduzida pelos militares no Brasil, deixaram de lado a integração regional para se concentrar na ideia do Brasil como uma potência global no pensamento geopolítico. Os autores desse período formam o que mais tarde seria chamado Escola Brasileira de Geopolítica e deram muito mais ênfase ao posicionamento internacional e especificamente hemisférico do país (ALBUQUERQUE, 2010). Essa concepção de projeção internacional está enraizada nas ideias de Golbery do Couto e Silva, para quem o Brasil serviria de apoio estratégico para os Estados Unidos no confronto bipolar contra o comunismo no continente americano, sendo responsável principalmente pela segurança hemisférica no Atlântico Sul<sup>7</sup> (FREITAS, 20014). O General Golbery exerceu grande influência no pensamento geopolítico brasileiro, estabelecendo a segurança e o desenvolvimento nacional como variáveis interdependentes, cruciais para as metas de expansão do Estado brasileiro.

---

<sup>7</sup> No Regime Militar (1964-1985), o General Golbery do Couto e Silva se tornaria um dos principais pensadores da Doutrina de Segurança Nacional e teria grande influência no processo de decisão política na década de 1970.

Isso dependeria do fato de que, em meados do século XX, o autor via o Brasil como um “arquipélago geopolítico” (como mostra a Figura 1), cujas áreas precisavam ser incorporadas em um todo para realmente formar a Nação. Ele entendeu que somente quando esse processo fosse concluído e seu entorno estivesse protegido, o Brasil poderia “oferecer seu potencial” e ser reconhecido pelos países ocidentais como uma potência global (SILVA, 1981). Apesar de suas premissas políticas e ideológicas, a essência de suas ideias – a unificação de diferentes territórios nacionais – foi perseguida pelo regime militar e abriu novas formas de mobilização econômica e social (aumento da migração, crescimento industrial e expansão da agricultura em novas áreas).

**Figura 1 – O Arquipélago Brasileiro**



Fonte: M. Romero, M. Vyoleta, R. Peña and P. Ulloa, 'Brasil: raíces geopolíticas y actual influencia en expansión', *Política y Cultura*, primavera 37 (2012, p. 244)

As ideias de Couto e Silva persistiram por todo o regime militar e foram reforçadas por outras considerações geopolíticas de seus contemporâneos. Por exemplo, Therezinha de Castro, juntamente com Delgado de Carvalho, desenvolveram na década de 1950 a Teoria da Defrontação, uma tese para determinar os limites e reivindicações dos países sul-americanos na Antártica e como o Brasil poderia ganhar influência na passagem entre o Atlântico e Oceano Pacífico (CASTRO, 1976). Segundo ela, uma consolidação regional do Atlântico Sul só seria viável



com o reconhecimento do continente antártico, uma vez que a grande porção do Brasil nesse território aumentaria sua influência sobre o estreito de Drake. Com isso, Castro contribuiu imensamente ao pensamento geopolítico quando destacou a importância do relacionamento entre América do Sul, África e Antártica, visto como essencial para aumentar a influência sobre o Atlântico Sul (PENHA, 2008). As contribuições de Therezinha de Castro sobre a América do Sul visavam explicitar o dualismo entre os países da costa do Pacífico (maior circulação regional) e aqueles do Atlântico (tráfego intercontinental), além do fato de que eles estão situados em áreas longitudinais distintas (uma formada pelos Andes e a outra por planícies e planaltos). Essa abordagem fisiopolítica, semelhante às idéias de Travassos, mas focada nas formações geográficas da América do Sul, qualifica o argumento de um posicionamento natural do Brasil condicionando conjunções políticas (ou disjunções) com outras sub-regiões, bem como no Oceano Atlântico (CASTRO 1995).

Carlos Meira Mattos, outro autor dessa escola geopolítica brasileira, desenvolveu seu pensamento deixando gradualmente de lado a ideia inicial de Brasil como potência mundial, para se concentrar em uma base mais regional<sup>8</sup>, o que exigiria a formação de uma identidade pan-amazônica. Assim, ele enfatizou a ideia de polos internos de troca como as principais variáveis para promover a integração na Amazônia continental (MATTOS, 1984). Em suma, essa concepção enfatiza a presença do Estado nas principais cidades da Amazônia para aumentar as atividades comerciais e produtivas, transformando-as em polos de atração para outras cidades estrangeiras nas fronteiras. A evolução de seu pensamento tradicional é o resultado da incorporação de considerações sociológicas, antropológicas e epistemológicas: o poder pode ser obtido em um território com características políticas, econômicas e sociológicas distintas e ser aplicado geopoliticamente. Entretanto, como recomendam Couto e Silva e Castro, um Estado forte seria necessário para mobilizar recursos em escala nacional para alcançar esses objetivos.

Assim, é interessante perceber essa transição epistemológica no desenvolvimento desta escola geopolítica. O determinismo corrente no início do século não compreendeu completamente a nova realidade

---

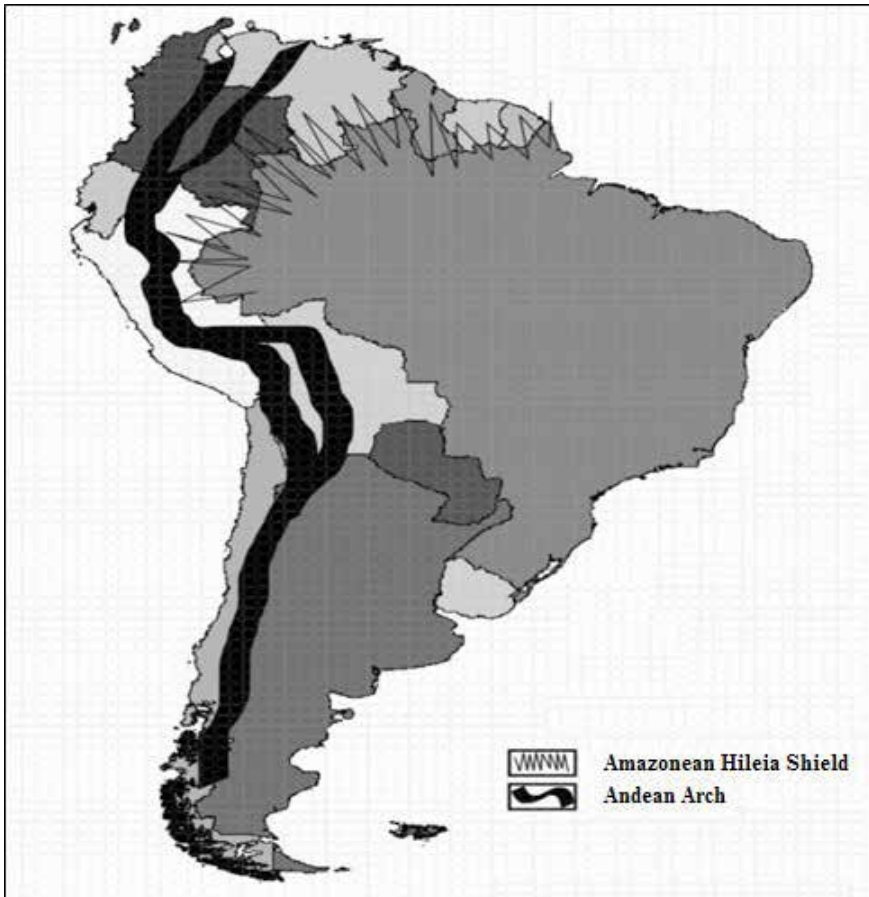
<sup>8</sup> Meira Mattos, apesar de ter sido em geral influenciado pelas ideias geopolíticas anteriores, estava lidando com o declínio econômico e político do Brasil no final da década de 1970. Isso provavelmente chamou sua atenção para outras áreas geopolíticas anteriormente menos estudadas. Mais sobre essa mudança no pensamento geopolítico pode ser encontrada em Kacowicz (2000).

geopolítica e marginalizou ideologicamente qualquer posição divergente. O que aconteceu foi uma dessincronização da realidade e da teoria. De forma semelhante, uma fragmentação adicional do pensamento geopolítico brasileiro tornou-se evidente nas décadas de 1980 e 1990. Sem muito discutir ideias anteriores, foram incorporados outros percursos epistemológicos, como a geopolítica crítica ou a rejeição pós-moderna do poder e do território como áreas de estudo (KACOWICZ, 2000). Por outro lado, os estudos de Moniz Bandeira no final deste período destacaram os novos movimentos geopolíticos do pós-Guerra Fria como cruciais para contextualizar a importância da América do Sul para países como EUA ou China: transferência de recursos militares e econômicos para a Colômbia para combater o narcotráfico, a proposta da ALCA, a ativação da Quarta Frota dos EUA no Atlântico Sul e os investimentos chineses em vários países são pontos geopolíticos importantes (BANDEIRA, 2009). Essas ações provocaram um renascimento do pensamento geopolítico e sua relação com o conhecimento produzido pela Ciência Política e pelos estudos sobre Relações Internacionais: a geografia e o território são importantes, mas existem outros fatores envolvidos em uma análise contemporânea (MIYAMOTO, 2014). Além disso, ao não abordarem a prática política, as teorias geopolíticas pós-modernas geraram uma reação acadêmica, elaborando novas ideias e teorias da geopolítica regional aplicada (ALBUQUERQUE, 2010). A conscientização sobre novas questões políticas internas e externas seria fundamental para situar geopoliticamente o Brasil na América do Sul do século XXI. Essas discussões criaram a “nova base” para o debate da geopolítica no Brasil e em seu meio ambiente, enfatizando a geografia regional e a política externa de seus polos principais.

Como dissemos anteriormente, essa reorganização do poder no século XXI de forma alguma prescinde dos elementos geopolíticos, que são essenciais para uma análise das tendências e ameaças globais. Como afirmou George Friedman, mudanças demográficas, tecnológicas e culturais definirão as novas relações geopolíticas do século e, se o Brasil se mantiver isolado dos Andes e da densa fronteira da floresta amazônica, como mostra a Figura 2, não será uma “problema geopolítico” para os Estados Unidos (FRIEDMAN, 2011). Essa captura de um “descaso” pela

geopolítica americana na região foi notada por brasileiros como Andre Martin e Edu Albuquerque. Esses autores afirmam que novos conceitos, visões e teorias são necessários para lidar geopoliticamente com a Amazônia e propor recomendações de políticas, uma vez que isso é de extrema importância para o desenvolvimento do país e da região (ALBUQUERQUE, 2014).

**Figura 2 – O Isolamento Andino do Brasil**



Fonte: E. Albuquerque, 'A (Geo)Política de Defesa Brasileira', Revista de Geopolítica 1/1 (2010, p. 53)

Embora os conflitos e disputas fronteiriças na região do Cone Sul tenham diminuído devido à integração iniciada em meados da década de 1980, houve uma forte recuperação e, atualização do pensamento geopolítico na região amazônica, especialmente após o crescimento de um discurso ambientalista que limita e restringe a soberania nacional no vasto território amazônico (PENNA FILHO, 2015). Uma visão geopolítica atualizada sobre o assunto pode ser encontrada na leitura de Bertha Becker sobre a Amazônia, resumida aqui em três proposições: a articulação de um complexo urbano com um complexo verde; o uso de serviços ambientais para o desenvolvimento da região; e as inovações na mineração e em seus fluxos comerciais (BECKER, 2005). O primeiro ponto surge da necessidade de prevenir o isolamento produtivo dessa enorme região e promover uma inovação diferenciada: criar uma verdadeira rede urbana entre as cidades como forma de estruturar uma cadeia de fornecedores com base nos recursos locais. Nas palavras de Becker:

Ademais, a rica diversidade territorial orienta uma variedade de redes de cidades pautadas em diferentes recursos naturais que devem ser considerados em complementaridade. Grosso modo, na escala macro-regional, a Amazônia com Mata (AcM) é uma extensa região comandada por Manaus sob a influência de São Paulo. Belém comanda grande parte da Amazônia sem Mata (AsM) localizada no próprio Estado do Pará, e sua área de influência se reduz pelo avanço da ação Brasília-Goiania e São Luís. Cuiabá comanda o extenso cerrado e a transição para a floresta, de onde estende a influência de São Paulo pela Amazônia com Mata. É na área de contato entre a AsM e AcM que se originam os conflitos de apropriação e uso da terra, impeditivos da implantação do novo modelo de desenvolvimento. (BECKER, 2009)

A partir desse desenvolvimento, a crescente valorização dos serviços produzidos pela natureza, utilizada como base para a ciência e a inovação, e a reversão do processo de assentamento regional assumem grande importância geopolítica (PAIVA, 2015). Consequentemente, essas redes urbanas podem ser entendidas como o que Becker chama de cinturões de blindagem flexível da floresta principal: enquanto protegem a natureza (e, logo, sua economia), eles podem ser usados para promover o desenvolvimento e a inovação. Relacionados ao segundo e terceiro ponto, e devido ao fortalecimento das cadeias bioprodutivas, estimulam

a implantação de indústrias (concentradas em áreas sem mata) e serviços ambientais (mais concentradas em áreas de mata densa). Assim, suas conclusões reconhecem a importância estratégica de fornecer produtos e serviços exclusivos em demanda nos países vizinhos. Com esse planejamento e essa articulação, a cidade brasileira de Manaus seria um centro dinâmico internacional e regional. Como esta cidade está no centro da maior bacia hidrográfica do mundo, equidistante das maiores cidades do norte da América do Sul, fica explícita sua posição crucial para os objetivos brasileiros de articular esse novo processo econômico e financeiro na região.

O estudo de Becker mostra que os novos processos urbanos e econômicos que ocorrem na Amazônia podem se tornar um “núcleo centrífugo” da América do Sul: pode atrair os países da região por suas várias possibilidades econômicas. A inserção das cidades mineradoras e madeireiras dentro deste complexo abre novas portas para implantação de infraestrutura, tanto a leste quanto a oeste. É, basicamente, uma inovação institucional necessária na região para atingir seu potencial geopolítico. Reforçando a criação de corredores de exportação, os estados da Amazônia brasileira, como o Amapá (o extremo norte do Brasil), podem se tornar a “ponta de lança da atratividade econômica e de infraestrutura da região para os países vizinhos” e expandir as possibilidades comerciais do Brasil (SUPERTI, 2011).

É importante ressaltar que as abordagens geopolíticas das vulnerabilidades nas fronteiras amazônicas acabam incorporando muitos pressupostos “fundamentais” sobre a Bacia do Rio da Prata ao sul (ALBUQUERQUE, 2010). Portanto, a região é analisada sob a mesma perspectiva geopolítica aplicada anteriormente ao sul, uma vez que existem projeções visíveis de poder global nessa região, bem como a crescente ameaça da criminalidade transnacional (e seu uso político) nas fronteiras (PAIVA, 2015). No entanto, esses processos, envolvendo movimentos populacionais internos e transfronteiriços nos países amazônicos, bem como a economia diversificada do território, geram uma outra dinâmica fronteiriça. As ameaças decorrentes do narcotráfico não podem ser generalizadas em uma “política de contenção” nas fronteiras da Amazônia, não em decorrência dos crescentes custos logísticos, mas porque obstruem o processo de desenvolvimento do coração da Amazônia, como já indicaram essas novas premissas. Como mostram os autores

atuais, o isolamento nessa região não é propício ao desenvolvimento da infraestrutura (circulação de mercadorias e pessoas). Portanto, a condução de uma política externa coerente com essas questões parece ser o fator determinante para atrair os vizinhos da Amazônia para as possibilidades de desenvolvimento e de segurança regionais que “somente o Brasil poderia oferecer” (ROMERO, PEÑA & ULLOA, 2012).

## **COMPOSIÇÃO REGIONAL: ELEMENTOS DE ANÁLISE**

Como vimos, as várias abordagens do pensamento geopolítico brasileiro nos fornecem muitos elementos dinâmicos a respeito dos movimentos geopolíticos na América do Sul e abrem diferentes possibilidades políticas para o país.

Travassos contribuiu para a análise de um triângulo estratégico no Cone Sul, indicando quais pontos são de importância geopolítica para a ascensão (ou declínio) dos países sul-americanos. Meira Mattos, Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva deram importância geopolítica às regiões da Amazônia, Atlântico Sul e Antártica. Além disso, um entendimento da evolução da geopolítica na América do Sul é vital para o atual contexto de análise. Isso implica traduzir os autores mencionados para a discussão do século XXI, um trabalho já realizado por Bertha Becker, por exemplo, que desenvolveu uma análise profunda da Amazônia. Assim, articular o desenvolvimento dessas ideias possibilita entender os principais elementos de análise na América do Sul. Uma maneira didática de fazer isso é tomando em separando os principais elementos do continente.

## **AS DIVERGÊNCIAS NO INTERIOR DO CONE SUL: NOVO TRIÂNGULO, NOVO ACESSO AO PACÍFICO?**

Como afirmamos acima, a Argentina sempre foi uma grande preocupação geopolítica para o Brasil e o inverso também é verdadeiro (ESCUDE, 2012). Entretanto, pensadores geopolíticos argentinos creem que o país toma atitudes extremas de tempos em tempos, assumindo posições geopolíticas contraditórias (BUCHRUCKER, 1994). Para eles, parte do avanço do Brasil na região poderia ser explicado pelas perdas e ações não pragmáticas da Argentina no campo internacional. Assim, para alguns autores,

os baixos custos implicados nesta “desorientação” internacional explicariam a relativa perda de poder da Argentina para o Brasil nas últimas décadas (ESCUDE, 2009).

Contudo, no que diz respeito ao foco geopolítico da Argentina, a região do Rio da Prata é claramente a principal preocupação ainda nos dias atuais. Esta sempre será a mesa de negociação geopolítica da região, na qual conflitos ou litígios podem aumentar ou diminuir (DORADIOTTO, 2014). O Uruguai, antes visto apenas como um estado tampão, deve agora ser entendido como um importante articulador das relações Brasil-Argentina: seu fortalecimento pode ser visto como um alívio para as preocupações argentinas e possibilita algumas possibilidades de desenvolvimento para os países do norte, dando-lhes acesso (indireto) ao mar (BUZAN & WAEVER, 2004), como visto na figura 3. Em compensação, o Brasil pode manter sua presença e sua expansão econômica na região sem escalar os conflitos. Ademais, a disposição brasileira de mostrar atitudes favoráveis aos interesses argentinos na questão das Malvinas é outra engrenagem geopolítica fundamental que possibilita as atuais relações amigáveis (BANDEIRA, 2012). A manutenção ou um possível avanço nessas posições reforça o poder de negociação do Brasil no Cone Sul.

**Figura 3 – A Região do Rio da Prata**

(Fonte: Stratfor, 'The Geopolitics of Brazil: An Emergent Power's Struggle with Geography' (2012). Disponível em: <<https://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-brazil-emergent-powers-struggle-geography>>)

A região do Rio da Prata não é apenas um elemento geopolítico das relações Brasil-Argentina, mas também se aplica a outros países da bacia. A solução do conflito de Itaipu através do avanço do poder de negociação brasileiro foi crucial para abrandar a rivalidade entre Brasil e Argentina, possibilitando acordos de cooperação mais robustos, como o MERCOSUL (LIMA, 2007).<sup>9</sup> O Rio da Prata também se tornou um importante elemento de negociação política (energia hidrelétrica) com o Paraguai, pois os acordos de Itaipu mostram ganhos nítidos para ambos os países (BLANCO, 2009). O pensamento recente sobre tais questões sustenta que o Brasil poderia se destacar no desenvolvimento de

<sup>9</sup> O conflito é a antiga disputa, já mencionada anteriormente, entre o Brasil e a Argentina pela região do Rio da Prata, centrada principalmente no controle político do Paraguai e nos vínculos políticos com o Uruguai. Essa disputa regional levou à guerra mais intensa da América do Sul, formalmente chamada de Guerra do Paraguai (1864-1870). Para mais informações sobre o Acordo de Itaipu na década de 1970, ver Lima (2007). Para uma discussão sobre essa evolução da rivalidade brasileiro-argentina, ver também Winand (2014). Ver também Pedone (1989) para o projeto hidrelétrico binacional de Itaipu, poder militar, política de desenvolvimento e formulação isolada de políticas.



seus vizinhos ao facilitar o acesso ao mar através de seus rios. Tal atitude poderia, por outro lado, também legitimar o acesso brasileiro ao Oceano Pacífico (por meio de acordos comerciais ou projetos de infraestrutura). Essa mudança se deve à crescente importância para o Brasil dos mercados asiáticos, reforçada pelas relações políticas favoráveis nas últimas décadas (KING, MATTOS, et al., 2012).

O progressivo desenvolvimento da Bolívia Oriental mostra o grau da contínua presença brasileira no país. O desenvolvimento da infraestrutura, bem como os investimentos no cultivo de soja, não colocam em questão a importância geopolítica da Bolívia, mas o quadro apresentado por Travassos, propondo a possibilidade de um novo triângulo (Santa Cruz, Cochabamba e Tarija) devido à presença de novos minerais estratégicos (SEVERO, 2012). A intenção de dar à Bolívia acesso ao Atlântico por meio da ativação de Puerto Busch (na fronteira com o Paraguai) é uma maneira de apoiar a continuidade da presença brasileira em Santa Cruz de La Sierra e de dar ao país um acesso indireto ao Pacífico. Este parece ser o caminho para o Brasil superar as barreiras naturais do continente sul-americano que apresentamos acima e reforçar suas atividades comerciais na região.

Como a presença brasileira no (antigo ou novo) triângulo estratégico se fortaleceu nas últimas décadas, as prioridades brasileiras de defesa foram também reforçadas no Atlântico Sul, que agora recebe das forças armadas o novo tratamento especial de Amazônia Azul (WIESEBRON, 2013). As recentes descobertas de grandes reservas de petróleo no Atlântico Sul brasileiro, combinadas com as bases geopolíticas propostas por Therezinha de Castro e Meira Mattos, foram responsáveis por designar oficialmente o Atlântico Sul como um ambiente estratégico para o país (NEVES, 2015). Portanto, é possível distinguir um entorno estratégico e uma área de defesa para o Brasil, onde o primeiro exige ações diplomáticas e econômicas para reforçar seu status regional geopolítico, e o segundo implica uma modernização militar para proteger seus recursos costeiros em nível internacional (PAIVA 2015).

## OS PAÍSES DO PACÍFICO E SUA INERENTE INSTABILIDADE

Os países do Pacífico, da Colômbia ao Chile, têm uma maneira diferente de se relacionar com os outros países da América do Sul, como já indicado pelos pensadores geopolíticos até agora. Como os

Andes dificultam sua relação com o leste e criam conflitos territoriais e de fronteira, esses países do Pacífico mostraram pouco interesse em promover uma relação econômica mais intensa com os países do Atlântico. Sua posição instável se revela em suas relações comerciais fora da região, principalmente com a Ásia; em seu relacionamento estratégico com os Estados Unidos; na questão do narcotráfico; e na rivalidade com os vizinhos pelo acesso ao Atlântico<sup>10</sup> (SLIPAK, 2014). Entretanto, a tendência atual de grandes investimentos chineses, especialmente em recursos primários, como petróleo e mineração, deve ser enfatizada. Foram feitos grandes investimentos em empresas de mineração peruanas na última década, enquanto o Equador recebeu crescente atenção das empresas petrolíferas chinesas nos últimos anos (CHEN & LUDEÑA, 2013). O país possui importantes campos de petróleo em sua Amazônia Oriental e, com o grande investimento chinês em sua economia, conflitos internos (entre as empresas equatorianas com grande capital chinês e seus trabalhadores locais terceirizados) estão se tornando muito comuns em áreas fronteiriças com a Colômbia e o Brasil (MARTÍNEZ, 2014).

Colômbia e Venezuela ainda têm disputas territoriais, originadas na divisão da Grande Colômbia no século XIX (BETHELL, 2004; ALVES, 2000). A desconfiança mútua entre Colômbia e Venezuela acaba sendo o mais tenso conflito sul-americano atual, devido ao fato de esses países têm o segundo e o terceiro maiores gastos militares quando comparados a outros países da região (INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES, 2015). O caráter horizontal da expansão geopolítica venezuelana (em direção ao Pacífico) se choca com as restrições verticais impostas pelos Andes à Colômbia, causando uma tensão inerente nas fronteiras desses países (CETINA, 2010). Outra questão interna importante para compreender a atual situação colombiana na região é o desenvolvimento da infraestrutura interna entre o centro e o norte do país, que ainda não conectou totalmente suas cidades. Assim, o planejamento urbano surge como um dos principais fatores geopolíticos necessários para o país consolidar sua capacidade produtiva, facilitando a resolução dos conflitos nas áreas onde as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estão localizadas (DUSSAN, 2006). Portanto, as questões geopolíticas colombianas requerem a solução prévia de assuntos e disputas

---

<sup>10</sup> Essas características podem ser claramente percebidas nos recentes acordos firmados entre a Colômbia e a OTAN (SANCHEZ, 2014).

internos, porque estas geram novas questões externas, especialmente na relação com a Venezuela.

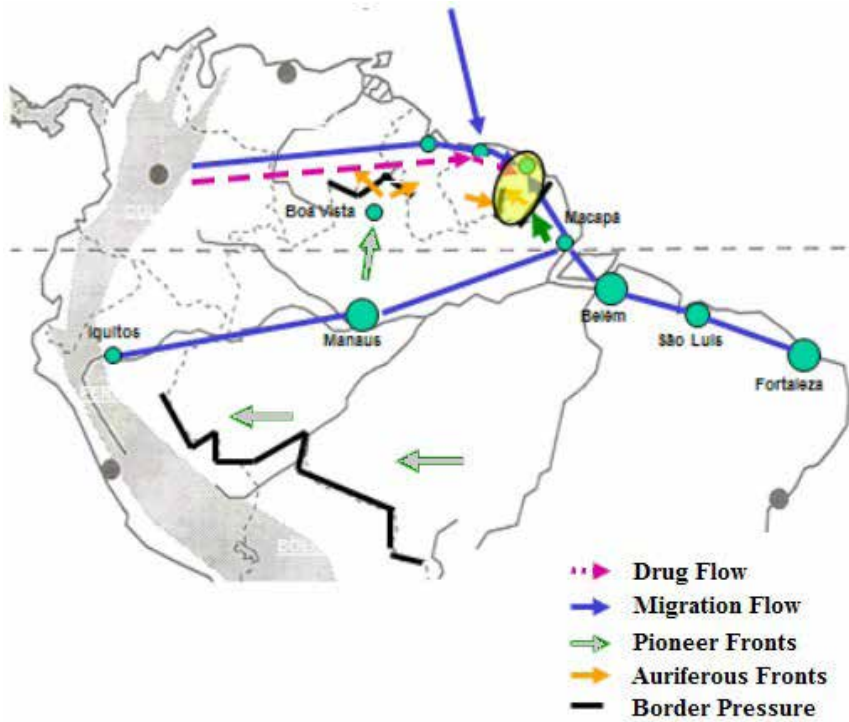
É perceptível que a questão das FARC e do tráfico de drogas faz a Colômbia se voltar para a Amazônia. Também por esse motivo, é ali onde a presença estrangeira direta está mais presente: esse país andino recebeu uma grande soma de recursos e bases militares dos Estados Unidos em seu território, especialmente em áreas de fronteira (COSTA, 2009). A instabilidade interna da Colômbia a impede de desenvolver ações externas mais concretas. Esses problemas se espalham para a Amazônia, escalados pela desconfiança do vizinho em relação à intensa presença dos EUA em seu território (PENNA FILHO, 2015). No entanto, é exatamente a partir desses problemas que surgem as oportunidades para a presença brasileira, através da intensificação das redes urbanas amazônicas na região e do seu fortalecimento militar nas fronteiras, como demonstrado nas últimas décadas (BITENCOURT; ARRARÁS e GAMARRA, 2002).

## OS PAÍSES DO CARIBE E A ATRAÇÃO DA AMAZÔNIA

A importância geopolítica da Amazônia, como argumentamos nas seções anteriores, está claramente mais ligada aos países do norte da América do Sul. A Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Venezuela e Colômbia podem ser vistos como os países que estão constantemente a avaliar os benefícios de se voltar para seu entorno continental ou para fora dele. No entanto, diferentemente dos países do Pacífico, eles se relacionam com seus vizinhos e fronteiras de uma maneira muito mais intensa. Guiana, Suriname, Guiana Francesa podem ser compreendidos como uma “outra América do Sul”, onde processos recentes de independência estão entrelaçados com vários conflitos internos e fortes correntes migratórias para os Estados Unidos, Canadá e em grande parte para países europeus durante o final do século passado (VISENTINI, 2010). São países que ainda estão institucionalizando seus sistemas políticos para promover um desenvolvimento mais estruturado de sua sociedade, reduzindo atividades ilegais, como tráfico de drogas e mineração de ouro dentro de suas fronteiras. A institucionalização política, a estabilidade interna e o crescimento desses países fortalecem sua posição em relação aos

países europeus quanto à sua integração geográfica na América do Sul (GRANGER, 2013).

Isso implica uma nova orientação fronteiriça com esses países no entorno da Amazônia brasileira, basicamente uma intensificação do que ocorreu na década de 1980: grandes projetos de infraestrutura envolvendo Guiana, Suriname, Guiana Francesa e cidades brasileiras, de Manaus a Belém. Por exemplo, um recente acordo entre o Brasil e a Guiana para construir usinas hidrelétricas envolve a construção de uma usina em Essequeibo, uma área disputada pela Venezuela (SILVA, 2015). Isso poderia ser visto como um oferecimento de recursos naturais na fronteira da Amazônia como um elemento para o desenvolvimento dos países vizinhos, envolvendo-os mais no processo de integração regional (como visto na figura 4), ao mesmo tempo em que abre um espaço de negociação para o Brasil arbitrar disputas entre eles e aumentar sua liderança regional. Tais negociações não são de forma alguma uma inovação política, mas, de fato, apenas uma estratégia aplicada de tempos em tempos sempre que surgem oportunidades (ALSINA JR., 2014).

**Figura 4 – Dinâmicas do Norte da América do Sul**

Fonte: S. Granger, 'As Guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface caribenha e europeia', ACTA Geográfica 7/15 (2013, p. 29)

Na Venezuela, como afirmamos acima, seu caráter geopolítico horizontal (em direção ao oeste) cria oportunidades de relações comerciais com o Cone Sul através da região amazônica e de abertura de canais comerciais com a China e os Estados Unidos através do Caribe. Com essas opções, o país poderia diversificar seus parceiros comerciais, através do fortalecimento de corredores de infraestrutura voltados ao comércio com outros membros do Mercosul. Isso está fortemente relacionado a projetos de integração energética com países ao sul do continente, como Argentina e Bolívia, que poderiam integrar ou isolar politicamente a Venezuela (SLIPAK, 2014). Por um lado, qualquer projeto regional que permita um aumento dos fluxos comerciais com a Venezuela passará inevitavelmente pela Amazônia. Por outro lado, o fortalecimento das relações Caracas-Havana-Manágua é uma outra maneira de reduzir os

custos de frete do petróleo venezuelano enviado à China (SCHENEGOSKI e ALBUQUERQUE, 2014). Esse “triângulo do Caribe” foi desenvolvido na época em que as relações venezuelano-cubanas começaram a ter um caráter mais positivo, com a consolidação de instituições como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). Assim, a ALBA criou não apenas uma relação ideológica, mas também uma significativa relação política e econômica, porque proporcionou o intercâmbio de matérias primas e recursos humanos fundamentais para a reconstrução econômica e a reforma institucional de seus países (ARCE e SILVA).

Esses elementos apontam para o xadrez de oportunidades na América do Sul, especialmente no Brasil, que podem canalizar seus investimentos em infraestrutura para atrair seus vizinhos regionais. Combinar recursos materiais e propensão diplomática à ação parece ser uma tendência que pode legitimar as intenções do Brasil como líder regional na América do Sul. Para entender o que essas duas ações representam atualmente e como elas podem influenciar geopoliticamente a América do Sul, é importante perceber o papel da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e da UNASUL (Unión de Naciones Suramericanas, em espanhol, ou União das Nações Sul-Americanas) em nossa discussão.

## **O COMPONENTE MORAL E FÍSICO DA GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA: UNASUL E IIRSA**

A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) representa tanto o jogo geopolítico regional que discutimos acima quanto possíveis tendências relacionadas à integração produtiva. Por trás de cada eixo de integração e desenvolvimento proposto pela Iniciativa (Figura 5), é possível identificar os interesses dos países preocupados com suas oportunidades de ganhos em seu desenvolvimento interno. Evidências recentes mostram que há um interesse crescente na realização de projetos de integração regional: um aumento de mais de 70% no número de planos e um aumento de quatro vezes no investimento em projetos desde 2004 (IIRSA, 2014).

**Figura 5 – Eixos dos Projetos da IIRSA**

Fonte: C. Hirst, 'O Papel do BNDES nas Políticas de Desenvolvimento e Integração Regional', Espaço e Economia 2/3 (2013, p. 4)

Os projetos da IIRSA abrem a possibilidade de criar uma rede de cadeias de fornecedores entre os países envolvidos e de ampliar sua interdependência econômica. Essa ideia é importante porque mostra o caráter de um planejamento estratégico feito pela e para a América do Sul, no lugar de motivações impostas externamente, como em períodos anteriores, particularmente na década de 1990, quando a ideia de “regionalismo aberto” dominava qualquer política relacionada à integração (COSTA, 2010). Para alguns autores, a IIRSA se assemelha à segunda fase do projeto Travassos porque, ao analisar a configuração e o gerenciamento de tais projetos de infraestrutura, mantém a expansão brasileira para o oeste em nível regional (MARTINS, 2011). Não obstante, é preciso enfatizar que essa expansão não termina ao atingir a costa do Pacífico sul-americano. Podemos dizer que o objetivo final seria construir essa infraestrutura por meio da integração regional, alcançando países e mercados asiáticos (COSTA, MENGER e TANCREDI, 2015). Consequentemente, essa iniciativa de integração regional pode ser vista como o meio e não o fim dos interesses brasileiros.

Independentemente do tipo de regionalismo que a IIRSA almeja, há claros interesses geopolíticos na execução e implementação desses projetos de infraestrutura que fortalecem a integração regional e, conseqüentemente, o papel do Brasil na América do Sul e no exterior. Com esses componentes geopolíticos atuando a favor de uma estabilização regional, é necessário institucionalizar esse processo, isto é, transformar a América do Sul em uma entidade política com objetivos e princípios regionais em comum. Essa arquitetura regional evoluiu consideravelmente no século XX, com acordos como a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (1995) e do Mercosul (Mercado Comum do Sul, de 1991). Foi então possível avançar no século seguinte para o desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (ARENAS-GARCÍA, 2012). Assim, a legitimidade da UNASUL possibilita essa integração, particularmente de infraestrutura, em todo o continente (CETINA, 2010). Os objetivos da organização não se limitam aos pontos geográficos discutidos anteriormente, mas também na formulação de uma identidade política comum, especialmente na área de defesa. Com conselhos específicos para esse assunto (seu Conselho de Defesa), gerenciar conflitos em uma estrutura consensual promove a transparência entre os membros e legitima ainda mais a instituição (VIGEVANI e RAMANZINI JR., 2010).

Embora o papel geopolítico da UNASUL tenha se tornado mais evidente nos últimos anos, a influência da Organização dos Estados Americanos (OEA) diminuiu desde o final dos anos 90. A ideia de governança da UNASUL foi efetivamente aplicada a fim de criar transparência e resolver disputas pendentes por meio de seu conselho regional de defesa (FLEMES, 2011). Portanto, o Brasil poderia conquistar uma hegemonia consensual, se o país sustentar essa institucionalização regional (BURGES, 2008). No entanto, como visto anteriormente, uma condição necessária para que isso aconteça é a estabilização (ou, em alguns casos, a manutenção) da situação regional geopolítica. Além disso, a concorrência com outras organizações regionais, como a Parceria Transpácífica, são restrições externas adicionais ao desempenho do Brasil (NOLTE & WEHNER, 2012). A presença (ou ausência) de ações diplomáticas, comerciais ou produtivas afeta diretamente a direção que a integração regional e, conseqüentemente, a UNASUL pode tomar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS TENDÊNCIAS REGIONAIS: HARMONIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Após expor o pensamento geopolítico brasileiro sobre a realidade sul-americana, é importante destacar agora as principais tendências geopolíticas e conceituá-las adequadamente. Uma contextualização apropriada da evolução do pensamento geopolítico brasileiro e de suas transformações no século XXI ainda se concentra em algumas áreas e percepções importantes. A partir dessa revisão da literatura e da contextualização atual da geopolítica regional, dois componentes estruturais centrais possibilitam a compreensão dos objetivos de desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo em que reforçam a integração regional. São as infraestruturas no *heartland* boliviano e no coração da Amazônia. A harmonização desses dois componentes tem sido uma atitude fundamental que o Brasil tomou para reforçar seu processo de integração regional.

A geopolítica brasileira sempre se concentrou no primeiro componente, o *heartland* boliviano, uma vez que foi ali que o equilíbrio de poder regional foi decidido com a Argentina, através de inúmeras disputas regionais. Assim, a gestão de conflitos e a conduta diplomática foram fundamentais para desenvolver, passo a passo, uma dinâmica de negociação entre os países do Cone Sul. Das guerras regionais à maior interdependência econômica, o Brasil conseguiu estabilizar a região e obteve muitos benefícios, mantendo sua presença indireta no *heartland*, liderando uma integração regional mais profunda nos últimos anos. Expandindo seus interesses para a Ásia, as prioridades do Brasil passaram a ser garantir e reforçar suas oportunidades comerciais em direção ao oeste por meio de projetos de infraestrutura no *heartland*.

Com a maior importância do coração da Amazônia, desde meados da década de 1970, sua discussão no Brasil aumentou dramaticamente. Therezinha de Castro já indicava a Bacia Amazônica como uma sub-região de ligação entre o Caribe e as regiões do altiplano boliviano, considerado como um possível *heartland* do continente (CASTRO, 1995). Porém, diferentemente do primeiro conceito, a relevância geopolítica é focada em pontos e cidades específicas no grande território amazônico, e não em uma grande região de interesse. Conseqüentemente, trata-se mais de conectar os pontos do que alcançá-los, pois esse movimento já foi realizado nas

décadas anteriores. Uma nova tendência é atrair países da América do Sul para a Amazônia, a fim de participar desse novo desenvolvimento, à medida que o comércio aumenta devido ao desenvolvimento da infraestrutura na região. Criar uma rede de cidades e de bioprodução em torno desse núcleo é um processo de inovação institucional, abrindo oportunidades para promover o desenvolvimento daquela região (BECKER, 2009).

Esses dois principais componentes da geopolítica da América do Sul procuram contextualizar a complexa dinâmica dos diversos elementos regionais, desde as antigas disputas fronteiriças até a nova dinâmica de relações econômicas para legitimar instituições regionais. Com uma visão crítica da atual evolução geopolítica na América do Sul, é possível derivar das relações desses elementos os cenários possíveis para o Brasil como líder regional. A tarefa do Brasil de harmonizar os conflitos geopolíticos inerentes à região surge ao mesmo tempo em que o país avança economicamente nessas duas frentes regionais. Como discutimos acima, ao contrário de ser um obstáculo, isso é uma chance de avançar em uma integração política cada vez mais regional e de legitimar sua liderança. Portanto, no caso de se gerenciar a instabilidade geopolítica na região sob instituições específicas, já há um elemento de ordem regional representado formalmente pela UNASUL.

Nosso estudo procurou não extrapolar para o contexto geopolítico internacional. No entanto, uma breve discussão da ausência de objetivos geopolíticos de harmonização regional com sua projeção internacional indica uma lacuna teórica no pensamento geopolítico brasileiro do século XX. Está se tornando consenso na discussão geopolítica no Brasil que, para se tornar um verdadeiro ator internacional, o país deve primeiro ser reconhecido como líder em sua região. A maneira de alcançar esses objetivos será, em termos geopolíticos, através da promoção da estabilidade regional e, portanto, do gerenciamento de conflitos intrarregionais. Essa estabilidade no continente facilita os investimentos em infraestrutura, proporcionados por acordos regionais, e isso abre espaço para um crescimento econômico mais vigoroso. A atual análise geopolítica, analisada criticamente e dependente da evolução dos eventos contemporâneos, acaba se tornando uma ferramenta essencial para explorar as oportunidades abertas por esses processos, evitando vagas previsões determinísticas.

**REFERÊNCIAS**

- ALBUQUERQUE, E. A (Geo)Política de Defesa Brasileira. *Revista de Geopolítica*, v. 1, n. 1, p. 46-59, 2010.
- ALBUQUERQUE, E. S. A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. *Oikos*, v. 9, n. 1, 2010.
- ALBUQUERQUE, E. S. A teoria geopolítica meridionalista de André Martin. *Revista de Geopolítica*, v. 5, n. 2, p. 5-18, 2014.
- ALSINA JR., J. P. Rio Branco, grand strategy and naval power. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, n. 2, p. 9-28, 2014.
- ALVES, F. *State Formation and Democracy in Latin America, 1810-1900*. Duke: Duke University Press, 2000.
- ANSELMO, R.; BRAY, S. Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In: GERARDI, L.; MENDES, I. *Do Natural, do Social e de suas Interações: visões geográficas*. Rio Claro: UNESP, 2002. p. 109-119.
- ARCE, A.; SILVA, M. As relações entre Venezuela e Cuba no governo Chávez (1999-2012): a aliança estratégica e o intercâmbio petróleo por serviços. *Revista de Geopolítica* v. 5, n. 2, p. 31-49.
- ARENAS-GARCÍA, N. 21st Century Regionalism in South America: UNASUR and the Search for Development Alternatives. *eSharp*, n. 18, p. 64-85, 2012.
- ARRARÁS, A.; GAMARRA, E. Drug Trafficking, National Security, and the Environment in the Amazon Basin. In: TULCHIN, J. S.; GOLDING, H. A. *Environment and Security in the Amazon Basin*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.
- BANDEIRA, L. A. M. A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. Brasília: FUNAG, 2009.
- BANDEIRA, L. A. M. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. *Revista Espaço Acadêmico* n. 142, p. 157-165, May 2012.
- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005.

BECKER, B. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: CGEE Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contradições. Brasília: CGEE, 2009. p. 37-86.

BETHELL, L. História da América Latina: da independência a 1870, volume III. Brasília: FUNAG, 2004.

BHASKAR, R. A Realist Theory of Science. New York: Routledge, 2008.

BITENCOURT, L. The Importance of the Amazon Basin in Brazil's Evolving Security Agenda. In: TULCHIN, J. S.; GOLDING, H. A. Environment and Security in the Amazon Basin. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.

BLANCO, L. O Novo Acordo Brasil-Paraguai e a Renegociação do Tratado de Itaipú. Sankt Augustin: Konrad Adenauer, 2009.

BUCHRUCKER, C. Pensamiento político militar argentino: el debate sobre las hipótesis de guerra y la geopolítica. Estudios n. 3, p. 141, 1994.

BURGES, S. Consensual Hegemony: Theorizing the Practice of Brazilian Foreign Policy after the Cold War. International Relations v. 22, n. 1, p. 65-84, 2008.

BUZAN, B.; WAEVER, O. Regions and Powers: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CASTRO, T. Rumo à Antártica. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CASTRO, T. Atlântico Sul: Riscos e vantagens. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

CASTRO, T. América do Sul: vocação geopolítica. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 27, n. 54, p. 16-32, 2012.

CETINA, M. La geopolítica andina: el caso de Colombia y Venezuela en el ámbito de las independencias. Geopolítica(s), v. 1, n. 2, p. 281-299, 2010.

CHEN, T.; LUDENÑA, M. Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce. Working Document Summit on the Global Agenda World Economic Forum, 2013.

CHILD, J. Geopolitical Thinking in Latin America. Latin American Research Review, v. 14, n. 2, p. 89-111, 1979.

COSTA, D. Integrar é desenvolver a América do Sul. In: COSTA, D. Integração da América do Sul. Brasília: [s.n.], 2010. p. 47-71.

COSTA, G.; MENGER, K.; TANCREDI, L. A Reformulação dos Eixos da IIRSA. UFRGSMUN, n. 3, p. 135-168, 2015.

COSTA, P.; V. VLACH, V. Brasil: geopolítica de expansão territorial, poder perceptível e consolidação do território. XI Encuentro de Geógrafos de América Latina (Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano), p. 1-20, 2007.

COSTA, W. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. Confins [Online] n. 7, p. 2-23, 2009.

DEUDNEY, D. Geopolitics and Change. In: DOYLE, M.; IKENBERRY, G. New Thinking in International Relations. Westview: Boulder, 1997.

DORADIOTTO, F. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). Brasília: FUNAG, 2014.

DUSSAN, A. Pensamiento Geopolítico Colombiano, 2006. Disponível em: <[http://www.sogeocol.edu.co/documentos/pe\\_geopol\\_co.pdf](http://www.sogeocol.edu.co/documentos/pe_geopol_co.pdf)>. Acesso em: 3 september 2017.

ESCUDE, C. Realismo periférico- una filosofía de política exterior para estados débiles. Buenos Aires: Universidad del CEMA, 2009.

ESCUDE, C. Principios de Realismo Periférico: una teoría argentina y su vigencia ante el ascenso de China. Buenos Aires: Lumiere, 2012.

FLEMES, D. Una comunidad de seguridad regional en formación: la unasury su Consejo de Defensa. Estudios Internacionales n. 170, 2011.

FREITAS, J. A Escola Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 20014.

FRIEDMAN, G. The next 100 years: a forecast for the 21st century. New York: Doubleday, 2009.

FRIEDMAN, G. The next decade. New York: Doubleday, 2011.

GRANGER, S. As Guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigos e vantagens de uma interface caribenha e europeia. ACTA Geográfica, v. 7, n. 15, p. 19-38, 2013.

HALDEN, P. *The Geopolitics of Climate Change*. FOI: Stockholm, p. 94-101, 2007.

HAVERLUK, T.; BEAUCHEMIN, K.; MUELLER, B. Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: Towards a Neo-Classical Geopolitics. *Geopolitics*, v. 19, n. 1, p. 19-39, 2014.

HEINSFELD, A. Rio Branco e a modernização dos mecanismos de defesa nacional. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, p. 264-276, 2011.

IIRSA. *La Cartera de Proyectos del COSIPLAN*, 2014. Disponível em: <<http://iirsa.org/Page/Detail?menuItem=32>>. Acesso em: 4 september 2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES. *Military Balance: 2015*. London: Routledge, 2015.

J. MEARSHEIMER. *Tragedy of Great Power Politics*. New York: WW Norton & Co Ltd, 2002.

KACOWICZ, A. Geopolitics and territorial issues: Relevance for South America. *Geopolitics*, v.5, n.1, p. 81-100, 2000.

KING, G. et al. *The changing nature of Asian-Latin American economic relations*. Santiago: ECLAC, 2012.

LIMA, M. R. S. D. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. Brasília: FUNAG, 2007.

LIMA, W. et al. Geopolitics in Amazon Geographic System in XXI Century. *Global Journal of Human-Social Science*, v. 15, n. 7, p. 21-30, 2014.

MARTÍNEZ, O. La geopolítica petrolera China en Ecuador y el área andina. *Tensões mundiais*, v. 10, n. 18, p. 255-273, 2014.

MARTINS, M. A geografia científica e a geopolítica no Brasil: duas vo- cações. II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, São Paulo, 2009.

MARTINS, M. Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: Dois Modelos Geopolíticos Sobre a América do Sul. São Paulo: PROLAM-USP, 2011.

MATTOS, C. M. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca doExército, 1984.

MIYAMOTO, S. Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais. ACTA Geográfica, Special Edition, p. 11-32, 2014.

NEVES, A. Atlântico Sul: Projeção Estratégica do Brasil para o Século XXI. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil (. Brasília: IPEA/ NEP, 2015. p. 252.

NOLTE, D.; WEHNER, L. UNASUR and the New Geopolitics of South America. XXIII World Congress of Political Science, 2012. Disponível em: <paper-room.ipso.org/papers/paper\_10836.pdf>. Acesso em: 4 september 2017.

PAIVA, L. Integração da Pan-Amazônia: Desafios, Estratégias, Tendências e Reflexos para a Defesa Nacional. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil. bRASÍLIA: IPEA/NEP, 2015.

PAIVA, L. O Jogo de Poder na Faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus Reflexos para a Defesa e Projeção do Brasil. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil. Brasília: IPEA/NEP, 2015. p. 188.

PEDONE, L. State Autonomy, Political Power and Public Policy. University of Massachusetts Amherst: PhD thesis, 1989.

PENHA, E. Geografia e Geopolítica A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 117-134 p.

PENNA FILHO, P. Interações Regionais e Pressões Internacionais sobre a Pan-Amazônia: Perspectivas Brasileiras. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil. Brasília: IPEA, 2015. p. 27.

PUNTIGLIANO, A. R. Geopolitics of Integration and the Imagination of South America. Geopolitics, v. 16, n. 4, p. 846-864, 2011.

ROMERO, M.; PEÑA, R.; ULLOA, P. Brasil: raíces geopolíticas y actual influencia en expansión. Política y Cultura, primavera, n. 37, p. 233-253, 2012.

SANCHEZ, W. Geopolitical Considerations of the NATO-Colombia Cooperation Agreement, 2014. Disponível em: <<http://isnblog.ethz.ch/security/geopolitical-considerations-of-the-nato-colombia-cooperation-agreement>>. Acesso em: 3 september 2017.

- SCHENEGOSKI, A.; ALBUQUERQUE, E. A geopolítica da política externa bolivariana. *GEOSP (Online)*, v. 18, n. 1, p. 71-82, 2014.
- SCHWAM-BAIRD, D. *Ideas and Armaments: Military Ideologies in the Making of Brazil's Arms Industries*. Lanham: University Press of America, 1997. p. 22-33.
- SEVERO, L. A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América. In: *AMÉRICA ANDINA: INTEGRAÇÃO REGIONAL*, S. E. O. O. R. Oliveira; S. Nogueira; F. Melo. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 137-159.
- SILVA, G. C. E. *Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- SILVA, R. O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo? *Boletim Meridiano* 47, v. 16, n. 47, p. 19-26, 2015.
- SLIPAK, A. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o «Consenso de Beijing»? *Nueva Sociedad* n. 250, p. 102-113, 2014.
- SUPERTI, E. A Fronteira Setentrional da Amazônia Brasileira no contexto das políticas de integração sul-americana. *Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá*, n. 4, 2011.
- TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- VIGEVANI, T.; RAMANZINI JR., H. *Pensamento Brasileiro e Integração Regional*. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, p. 437-487, 2010.
- VISENTINI, P. *Guiana e Suriname: Uma Outra América do Sul*. *Conjuntura Austral*, v. 1, n. 1, 2010.
- WIESEBRON, M. *Blue Amazon: Thinking the Defense of Brazilian Maritime Territory*. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 2, n. 3, p. 101-124, 2013.
- WINAND, E. *A Rivalidade como Sentimento Profundo: Origem, Evolução Histórica e Reflexos Contemporâneos do Padrão de Rivalidade Entre Brasil e Argentina*. *História e Cultura* v. 4, n. 1, p. 68-95, 2014.